

IMPACTO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E NA ESCOLARIDADE DAS GESTANTES

Arthur Soares Farah¹; Diogo Roque Luic de Jesus¹; Jeovana Arruda de Almeida¹; Leonardo Morgado Gonçalves Leal Elias¹; Manuela Aguiar Coelho¹; Maria Clara Braga Inácio¹; Maria Luiza Cabral Mendonça¹; Nicole Cristine de Abreu Garcia¹; Rafaela Andrade Tunes¹; Ramon Gonzalez Castro¹; Cesar Augusto da Silva Vieira²; Jannyne dos Santos Zuzarte²;

¹ Discente do Curso de Medicina, UNIFESO;

² Professor orientador, Curso de Medicina, UNIFESO;

RESUMO

Introdução: A gravidez na adolescência é um evento de alta complexidade que não só envolve uma gama de fatores biológicos, mas também sociais e econômicos. **Objetivo:** compreender como a gravidez na adolescência interfere na escolaridade da gestante dentro das escolas. **Método:** Trata-se de um relato de experiência realizado por estudantes de medicina do segundo período da Faculdade de Medicina de Teresópolis do Centro Universitário Serra dos Órgãos. Destacou-se pela abordagem cuidadosa de temas como puberdade, educação sexual, transmissão de Infecção Sexual Transmissíveis e interrupção da gravidez. **Resultados:** Participaram 120 alunos, distribuídos em turmas do 8º e 9º anos, com idades entre 13 e 15 anos. A abordagem revelou lacunas no conhecimento dos estudantes e a necessidade de apoio emocional, frequentemente ausente no ambiente familiar. Além de conscientizar os jovens sobre os riscos e consequências da interrupção da gravidez, a iniciativa promoveu reflexões importantes sobre saúde física, mental e escolhas responsáveis na adolescência. **Conclusão:** A experiência destacou a importância do Programa Saúde na Escola, que, por meio de rodas de conversa e abordagens gradativas, como o tema “puberdade”, promoveu esclarecimento e apoio emocional aos adolescentes. Essa estratégia preparou os alunos, tanto em conhecimento quanto emocionalmente, para lidar com questões mais profundas relacionadas à gravidez precoce.

Palavras-chave: interrupção da gravidez; gravidez na adolescência; gravidez na escola.

INTRODUÇÃO

A interrupção da gravidez, quando realizada de forma segura e com acompanhamento médico, é um procedimento que interfere na saúde da mulher. Nessa perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (OMS) evidencia que esse direito é deliberado pela mulher, uma vez que considera isso um assunto relacionado ao cuidado em saúde (OMS, 2012).

Ao optar por interromper uma gestação, a mulher está exercendo seu direito à autonomia sobre o próprio corpo. No entanto, a decisão de suspender essa gestação é desafiadora e envolve diversos fatores, como questões sociais, culturais e econômicas. Dessa forma, é fundamental que as mulheres tenham acesso a informações precisas e imparciais sobre os métodos contraceptivos, os malefícios e os benefícios do aborto, além de apoio psicológico e social nesse momento delicado (GALLI, 2011).

A OMS destaca, que o aborto seguro não é apenas um procedimento médico, mas um componente crucial dos serviços de saúde reprodutiva. Quando realizado em condições adequadas, o risco de complicações é mínimo, contribuindo para a redução da mortalidade materna (OMS, 2020).

Ademais, a desmistificação do tema e a garantia de acesso aos serviços de saúde são essenciais para prevenir abortos não seguros, que podem ocasionar a morte de mulheres que não apresentam um conhecimento sobre métodos contraceptivos (BERER, 2017).

Sob esse prisma, apesar dos avanços na área da saúde reprodutiva durante o século XX e XXI, ainda é possível identificar diversos desafios para garantir acesso ao conhecimento acerca de métodos contra a gravidez na adolescência. Barreiras legais, sociais e econômicas, principalmente, impedem muitas mulheres de exercerem seu direito à saúde reprodutiva, viabilizando um método invasivo e prejudicial para evitar a gravidez indesejada, sendo um desses o aborto ilegal (HADDAD; ANDREOZZI, 2013).

No Brasil, a legislação é restrita quando a esse procedimento, de acordo com o Código Penal Brasileiro, o aborto é permitido em casos de risco à vida da gestante, e gravidez sendo resultado de estupro (BRASIL, 1940). Além disso, o Supremo Tribunal Federal, em 2012, permitiu a interrupção da gravidez em casos de anencefalia (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012). Através dessa conjuntura, o aborto é considerado crime no Brasil quando não está inserido nesses parâmetros.

Todavia, a criminalização da técnica não elimina a prática, mas a torna mais arriscada, fazendo com que uma quantidade significativa de mulheres morra anualmente em decorrência a complicações na tentativa de abortamento, sendo esses realizados em condições precárias e sem acompanhamento médico (WHO, 2020). Além disso, a criminalização impede que as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde adequados após o aborto, aumentando o risco de infecções e outras complicações (COOK et al., 2008).

Sob esse viés, a estigmatização do aborto, a falta de informação sobre educação sexual e o acesso restrito a serviços de qualidade para saúde preventiva são alguns dos obstáculos que precisam ser enfrentados no país (PHETERSON, 2021). É fundamental que os governos invistam em políticas públicas que garantam o acesso universal à saúde reprodutiva, incluindo a disponibilização gratuita de métodos anticoncepcionais.

Destarte, é preciso promover a educação sexual nas escolas e a conscientização sobre os direitos reprodutivos, para que as mulheres possam tomar decisões conscientes sobre sua saúde e preservar a própria vida ao evitar a interrupção da gravidez. Portanto, é possível se questionar a respeito de como a interrupção da gravidez de jovens e adolescentes interfere na escolaridade dessas meninas dentro das escolas e as consequências dessa tomada de decisão (SANTOS, 2021).

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema foi realizada de acordo com a competência do eixo de prática profissional denominada Integração, Ensino, Trabalho e Cidadania (IETC) para os alunos do segundo período de medicina, com o objetivo de trabalhá-lo ao longo do semestre com os adolescentes em uma escola da região. A abordagem desse assunto se justifica pela sua relevância e o impacto causado na vida dos estudantes, uma vez que é pouco discutido com jovens na faixa etária entre 13 a 15 anos. Dessa maneira, é essencial proporcionar a esses indivíduos o conhecimento necessário para que possam se apresentar quanto a saúde e compreender a gravidade da situação em que podem se envolver em relação a suspensão da gravidez na adolescência.

OBJETIVO

Compreender como a gravidez na adolescência interfere na escolaridade das gestantes dentro do ambiente escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência realizado por onze estudantes do segundo período e dois docentes orientadores do curso de Medicina do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), cujo a grade curricular inclui a competência denominada Eixo de Prática Profissional (IETEC- Integração Ensino, Trabalho e Cidadania).

Nesse sentido, o IETC tem como objetivo retirar os alunos do contexto da sala de aula e integrá-los diretamente em contextos sociais variados, especificamente em uma instituição de ensino escolar no Ensino Fundamental II, contribuindo para o desenvolvimento de projetos que ajudem a comunidade presente no local em relação ao tema proposto pela competência: interrupção da gravidez.

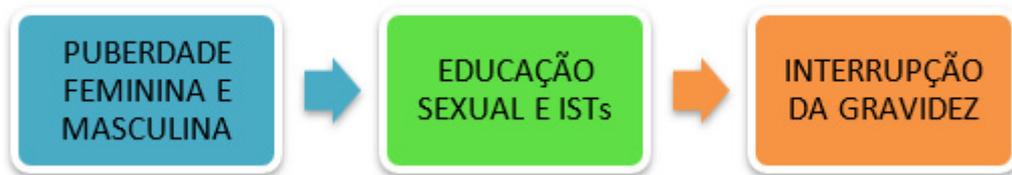
Segundo Berbel (1995, p.12) “por esse processo de análise da realidade, os alunos passam de uma visão sincrética, geral e precária, para uma visão sintética, mais elaborada sobre a prática”. A partir da fala de Berbel, foi possível ratificar que, no cenário de prática, os alunos do segundo período puderam observar o tema abordado pelo grupo da melhor maneira, pois conseguiram relacionar a teoria com a prática na unidade estudantil onde estavam.

Sob esse prisma, os estudantes da UNIFESO foram direcionados a uma unidade escolar do de um bairro mais afastado de um município do interior do estado do Rio de Janeiro, Teresópolis, no qual o objetivo era apresentar sobre o tema interrupções na gravidez aos estudantes do Ensino Fundamental II, sendo três turmas do oitavo e duas turmas do nono ano desta unidade, totalizando cerca de 120 alunos.

Dado isso, foi-se estabelecido um cronograma para apresentar a temática da forma mais clara e acessível a esses indivíduos, estipulando a abordagem de assuntos mais amplos, como o início da puberdade, até assuntos mais delicados, como a interrupção da gravidez. Ademais, foi-se confeccionado pelos estudantes de medicina uma caixa, a qual foi estipulada com o intuito dos alunos do ensino fundamental colocassem dúvidas e questionamentos referentes à palestra abordada no dia.

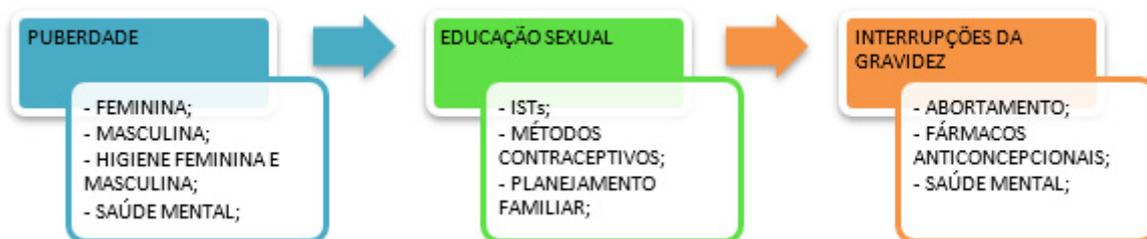
Para sistematizar e fundamentar os assuntos, foi elaborado um fluxograma de ações, Figura 1 e 2, o qual evidencia a sistematização das diferentes temáticas estabelecidas para os estudantes. Figura 1 e 2.

Figura 1: Sistematização dos assuntos abordados com os estudantes



Fonte: Autores, 2024

Figura 2: Segunda sistematização dos assuntos abordados com os estudantes



Fonte: Autores, 2024

A escolha das teorias se deu a partir das necessidades dos alunos, com base nos diálogos e observações coletivas entre os discentes, docentes e estudantes presentes no local. Além disso, o relato da vivência apresenta as experiências adquiridas pelos discentes que participaram durante o tempo de prática das apresentações e conversas entre os alunos da unidade escolar.

As informações conforme a Figura 1 e 2 foram apresentadas e discutidas de forma sistematizada, conforme descrito nas etapas do fluxograma, desenvolvendo com maestria o Eixo de Prática Profissional (IETC).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência relatada foi conduzida ao longo do período, sendo realizadas palestras referentes a três assuntos para os adolescentes de 13 a 15 anos, entre esses a puberdade na adolescência, tanto do sexo feminino, quanto no sexo masculino, educação sexual e interrupção da gravidez.

A temática central visava a abordagem sobre a interrupção da gravidez, entretanto, o grupo de palestrantes prezou por introduzi-lo com cautela, correlacionando-o com educação sexual e puberdade, visto que por serem menores de idade, o impacto seria maior. Dessa maneira, com o intuito de ambientalizar esses jovens, a primeira temática foi a puberdade, um evento que esses indivíduos estariam vivenciando.

Para deixar a apresentação mais dinâmica, os estudantes do colégio estadual tiveram a oportunidade de escrever perguntas anônimas em uma caixa criada e disponibilizada pelos alunos de medicina. A partir disso, foi percebido a grande desinformação dos adolescentes sobre os assuntos mencionados, além da falta de veracidade de certas informações, como o uso correto de preservativo e o uso de anticoncepcional. Por isso, momentos de discussões foram desenvolvidas e mostraram-se de extrema importância para sanar tais dúvidas e promover um ambiente acolhedor, no qual os alunos do fundamental puderam dialogar sem timidez e repressão.

No entanto, apesar do trabalho ter sido elucidativo e completado com êxito, foram enfrentados alguns desafios ao longo do processo, principalmente pelo fato dos estudantes terem muitos assuntos considerados tabus na sociedade, como a disseminação de algumas infecções sexualmente transmissíveis, a AIDS é um exemplo.

Além disso, as turmas continham muitos alunos, o que tornava difícil o desenvolvimento da discussão dos temas e a cativação. Ademais, dentro do ambiente escolar havia uma resistência em relação a alguns profissionais do centro educacional quanto ao auxílio na apresentação das palestras.

Ainda assim, a experiência proporcionou ao grupo novos aprendizados como melhor comunicação oral, relação sócio afetiva e desenvolvimento pessoal. Embora a o efeito das abordagens das temáticas evidenciadas ao longo do relato e abordagem ter sido significativa, é essencial que haja uma continuidade no projeto, expandindo para outras turmas de modo a conscientizar mais estudantes acerca da interrupção da gravidez e seus impactos na vida escolar das gestantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das atividades realizadas no colégio estadual no município de Teresópolis revelou significativos impactos, não só nos estudantes do Ensino Fundamental II, como também nos graduandos de medicina do segundo período. Ao abordarem os temas propostos em conjunto com o grupo e os preceptores da matéria, os discentes conseguiram identificar discrepâncias existentes quanto ao conhecimento sobre as temáticas pelos alunos. Dentre algumas defasagens, é válido destacar tais como o que era e o porquê do conhecimento acerca da educação sexual, dificuldades na identificação em relação à mudança ocorrida no corpo no período da puberdade, o modo de transmissão de IST's e a interrupção da gravidez.

Com o objetivo de tornar o aprendizado dos alunos mais solidificado, durante as atividades, os alunos do UNIFESO tiveram o apoio nas apresentações de uma caixa de perguntas que os mesmos fizeram, com o intuito de que os alunos do ensino Fundamental II fizessem perguntas anonimamente, sentindo-se menos intimidados e acanhados para realizá-las. Foi percebido, também que, através dessa ferramenta, houve uma maior aderência na atividade e diversas perguntas foram feitas, desde perguntas mais sérias até perguntas mais leves.

Assim, os acadêmicos de medicina foram sanando as dúvidas através de rodas de conversa, dividindo-se entre um grupo de meninas e um grupo de meninos, permitindo com que eles pudessem se sentir mais confortáveis no momento de perguntarem algo mais específico ou pessoal. Dentre as perguntas feitas, os alunos da faculdade começaram a perceber que havia muitas dúvidas em relação a puberdade, dentre elas era sobre como ocorria a menstruação, o que era o anticoncepcional e para que servia esse medicamento, e do porquê do aparecimento de espinhas na fase lútea da mulher.

Outrossim, à medida que os acadêmicos respondiam os alunos de maneira didática, criava-se um ambiente confortável e acolhedor. Além disso, durante os intervalos das apresentações e das rodas de conversa, os adolescentes começaram a realizar perguntas mais particulares e sem anonimato, o que ocasionou em uma conversar mais aberta com os acadêmicos de medicina, abrangendo seus medos e suas questões internas.

Em meio a essas discussões, os alunos fizeram muitos questionamentos sobre as mudanças corporais e psicológicas que estavam vivenciando. Percebeu-se que, embora os jovens reconhecessem estar passando pela fase da puberdade, havia uma clara necessidade de apoio emocional, algo que, muitas vezes, não é encontrado no ambiente familiar e que precisava ser desenvolvido e viabilizado no local onde ocorriam as palestras.

Nesse sentido, os alunos da UNIFESO perceberam a importância de se criar laços e da intimidade entre essas pessoas para poder se aprofundar sobre temas mais densos, como interrupção da gravidez. Dessa forma, ao fim das apresentações propostas pelo IETC foi percebido que os adolescentes haviam sentido confiança nos estudantes de medicina para relatar casos pessoais relacionados à temática das palestras e, com isso, colocar em prática aquilo que foi aprendido e discutido com os discentes.

Sob essa conjuntura, os acadêmicos compreenderam a importância de trabalhar essas temáticas com os estudantes do Ensino Fundamental II, uma vez que foram bem recepcionados por esse grupo de indivíduos e, ao abordarem um tema mais delicado, como a interrupção da gravidez, o mesmo foi acatado pelos alunos da escola com seriedade e sabedoria. Da mesma maneira, foi percebido que onde poderia existir um ambiente pesado ao falar desse assunto, não aconteceu, existindo apenas um ambiente leve, cheio de confiança e consciência para ouvir.

Em conclusão, a abordagem não só do tema interrupção da gravidez em um contexto escolar, mas também relacionada à puberdade do sexo masculino e feminino e à educação sexual, conduzida de maneira gradual e bem estruturada, mostraram-se eficazes para sensibilizar os adolescentes sobre questões vinculadas à saúde e a escolhas responsáveis.

Portanto, a iniciativa do trabalho proposto pela matéria IETC, em conjunto com os discentes e docentes orientadores, não só contribuiu para a conscientização sobre os riscos e as consequências da interrupção da gravidez, como também abriu espaço para discussões essenciais sobre saúde em diversos âmbitos da vida do adolescente, seja física, seja mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste relato de experiência evidenciam que o assunto interrupção da gravidez na adolescência e sua interferência na escolaridade das gestantes dentro das escolas é um tema complexo que permeia em torno de questões sensíveis a sociedade atual como um todo, principalmente, os adolescentes que estão passando por este processo e os que ainda podem vir a passar por uma gestação indesejada de forma precoce.

No entanto, mesmo que a temática seja complexa, a ausência de diálogo com os jovens dentro das escolas permite com que persista a falta de noções acerca do assunto, provocando dúvidas e desconhecimento sobre os malefícios de uma “interrupção da gravidez na adolescência” e seus efeitos para a saúde e bem-estar desses indivíduos.

A experiência destacou a importância do Programa Saúde na Escola, que, por meio de rodas de conversa e abordagens gradativas, como o tema “puberdade”, promoveu esclarecimento e apoio emocional aos adolescentes. Essa estratégia preparou os alunos, tanto em conhecimento quanto emocionalmente, para lidar com questões mais profundas relacionadas à gravidez precoce.

Embora a gravidez na adolescência interfira na escolaridade da gestante dentro das escolas, sua discussão demanda apoio humano aos estudantes e um suporte no desenvolvimento adequado de informações verídicas e esclarecedoras para evitar consequências irreversíveis. Além disso, este relato visa contribuir para a análise acerca da interrupção da gravidez dos adolescentes em período escolar e a necessidade de fortalecimento do Programa Saúde Escola, exibindo sua necessidade para ações integração saúde e escola.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 16, p. 09-19, 1995. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9458>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BERER, M. Abortion law and policy around the world: In search of decriminalization. *Health and Human Rights Journal*, v. 19, n. 1, p. 13-27, 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro). *Diário Oficial da União*, 1940.

COOK, R. J.; DICKENS, B. M.; FATHALLAH, M. F. Reproductive health and human rights: Integrating medicine, ethics, and law. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GALLI, B. Aborto no Brasil: os números clandestinos da saúde pública. São Paulo: Hucitec, 2011.

HADDAD, C.; ANDREOZZI, A. Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil: desafios atuais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 1, p. 171-185, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Safe abortion: technical and policy guidance for health systems. 2. ed. Geneva: World Health Organization, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Aborto seguro e acessível: uma questão de saúde pública. OMS, 2020.

PHETERSON, G. The social construction of abortion as a social problem. *Journal of Social Issues*, v. 52, n. 1, p. 13-27, 2021.

SANTOS, A. L. O impacto da gravidez na adolescência no rendimento escolar. *Educação e Realidade*, v. 46, n. 3, p. 1521-1538, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 54 – Anencefalia. Decisão de 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Abortion care guideline. Geneva: WHO, 2020.